AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.473.806 - SP (2019/0082513-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	MARILDA DOS SANTOS CARDOSO
ADVOGADOS	:	WILSON MIGUEL E OUTRO(S) - SP099858
		VANESSA CARDOSO XAVIER DA SILVEIRA - SP252167
		DANIELA VILLARES DE MAGALHÃES GOMES - SP250739
		PRISCILA TEIXEIRA VITAL MORAES - SP309891
AGRAVADO	:	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MARILDA DOS SANTOS CARDOSO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de MARILDA DOS SANTOS CARDOSO, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas do Superior Tribunal de Justiça e o respectivo comprovante de pagamento.

Apesar de a parte recorrente asseverar que litiga sob o pálio da gratuidade, a mera alegação, na petição recursal, de que é beneficiária da assistência judiciária não é suficiente para o afastamento da deserção, ou seja, deve haver a comprovação dessa condição. Nesse sentido, o AgInt no AREsp 1160301/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 30/05/2018.

É insuficiente, portanto, a alegação de que a gratuidade foi deferida expressa ou tacitamente nos autos principais e/ou apensados, devendo a parte trazer cópia integral dos respectivos autos ou certidão comprobatória do tribunal de origem desse deferimento, o que não ocorreu no caso concreto.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do

preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitando-se a asseverar às fls. 124/125 que é beneficiária da gratuidade de justiça, sem, contudo, trazer documentos que corroborem com sua alegação.

Além disso, a parte requer à fl. 125 a concessão do prazo de 30 (trinta) dias adicionais para providenciar os documentos solicitados à fl. 121, em razão de demandar agendamento de data no Tribunal de origem para que a mesma tenha acesso aos autos.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n. 187 do STJ, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **Indefiro o pedido formulado à fl. 125,** uma vez que a parte teve a oportunidade de dar cumprimento ao despacho de fl. 121, e, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente